AÇÕES POLÍTICAS EMPRESARIAIS E OS IMPACTOS NOS TERRITÓRIOS: O CASO DO SETOR CONSERVEIRO GAÚCHO

Laura Senna Ferreira

laurasennafe@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Brasil

RESUMO

A região sul do estado do Rio Grande do Sul/Brasil já foi o maior polo produtor de conservas de fruta e hortaliças do país. A maioria das empresas concentrava-se na cidade de Pelotas, onde, nos anos 1970, foi constituído o distrito industrial que agrupou os estabelecimentos dedicados à atividade. O final dos anos 1980 presenciou uma retração do número de empreendimentos na região, que aos poucos deixou de ser caracterizada como um território da agroindústria conserveira. Tais transformações estão inseridas nas dinâmicas globais de desenvolvimento, as quais impactam as localidades, que vivenciam de forma dramática a desertificação deixada pelo encerramento de empreendimentos – alguns se deslocam para outras cidades em busca de vantagens competitivas. O curso dos acontecimentos impactou diferentes coletividades, intensificando a condição de desigualdade sobretudo para os moradores da periferia da cidade, com destaque para as mulheres, tradicionalmente a força de trabalho contratada pelo segmento.

A fim de fomentar o setor foi constituído o programa Arranjo Produtivo Local (APL Conservas), uma parceria entre os governos federal e estadual, o qual baseia-se em ações de cooperação entre agentes públicos e privados, visando o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda. Nesse mesmo espírito colaborativo foi organizada a Cadeia Produtiva de Frutas e Hortaliças (CAFH), com o propósito de reunir diferentes agentes políticos, econômicos e da sociedade civil para debater e propor medidas para a retomada do crescimento do setor, a partir do entendimento de sua importância para o desenvolvimento da cidade. Desde os anos 1990 já se verificavam sinais de retomada dos incentivos fiscais e das proteções tarifárias para o segmento, afirmando a presença do Estado em oposição à cartilha neoliberal.

O presente estudo considera a inserção global do setor conserveiro. A investigação foi realizada no Rio Grande do Sul, tendo por base análise documental, observação direta e entrevistas com empresários, trabalhadores, sindicalistas e representantes de entidades

do setor. O estudo buscou considerar de que maneira o padrão de acumulação local produz desigualdades, vulnerabilizando parcelas da população que experienciam os processos de globalização mais como exclusão do que oportunidade. O impacto das dinâmicas globais-locais nos territórios é observado de diferentes ângulos, posto que o processo de recessão amplia a segregação urbana e os problemas sociais correlatos. Considerando que são poucos os fóruns políticos com efetiva capacidade participativa e decisória, boa parte dos agentes locais afetados pelas mudanças carece de poder para definir os rumos do desenvolvimento. A possibilidade de reconfiguração e de gestão dos territórios, a partir dos vazios deixados pelos empreendimentos que saem de cena, coloca a importância e a dificuldade de construção de novas alternativas do ponto de vista político, econômico e social.

Palavras-chave: Território. Ações empresariais. Setor conserveiro.

ABSTRACT

The southern region of the state of Rio Grande do Sul, in Brazil, has already been the country's largest producer of canned fruit and vegetables. Most companies used to concentrate in the city of Pelotas, where started the industrial district that grouped establishments dedicated to such activities in the 1970's. In the late 1980s, there was a retraction in the number of enterprises and gradually ceased to be characterized as a territory of canning agroindustry. Such transformations relate to the global development dynamics that impact several localities. They experience the desertification left by the closure of ventures, and some of them move to other cities in search of competitive advantages. The course of those events has impacted different collectivities, intensifying the condition of inequality, in particular for the city's outskirts' residents and the women who are traditionally the workforce hired by the segment. Then, the Local Productive Arrangement (APL Conservas) program was created as a partnership between the federal and state governments to promote the sector. It bases on cooperation actions between

public and private agents aiming at local development, job creation, and income. Thus, the Fruit and Vegetable Productive Chain (*CAFH*) was also organized with the purpose of bringing together different political, economic and civil society agents to discuss and propose measures for the sector's growth resumption based on its importance for the city's development. Since the 1990s, there were signs of tax incentives and tariff protections resumption for the segment, affirming the presence of the State in opposition to the neoliberal booklet. The present study considers the global insertion of the canning industry. The research was carried out in Rio Grande do Sul State. It bases on documentary analysis, direct observation, and interviews with businesspeople, workers, trade unionists and representatives of industry entities. The study considered how the pattern of local accumulation produces inequalities, and the population portions vulnerability that experience globalization processes more as exclusion than opportunity. The impact of global-local dynamics on territories is observed from different angles because the recession process amplifies the urban segregation and social problems. Considering that there are few political forums with sufficient participatory and decision-making capacities, a large proportion of local actors affected by such changes have no power to define the development directions. The possibility of territories' reconfiguration and management from the gaps left by enterprises that leave the scene places the importance and difficulty of building new alternatives from the political, economic and social point of view.

Keywords: Territory. Business actions. Canning industry.

Introdução

A região sul do estado do Rio Grande do Sul/Brasil já foi o maior polo produtor de conservas de fruta e hortaliças do país. A maioria das indústrias concentrava-se na cidade de Pelotas (RS). Nos anos 1970 foi constituído o distrito industrial, no qual se concentrou boa parte dos empreendimentos. O final dos anos 1980 presenciou uma retração do número de empreendimentos na região, que aos poucos deixou de ser caracterizada como um território da agroindústria conserveira.

O presente trabalho busca analisar esse contexto de redução do número de empresas que ocorreu simultaneamente ao aumento da capacidade produtiva do segmento. O problema da "crise" que se seguiu aos processos de reestruturação produtiva é concebido como parte das dinâmicas globais de um desenvolvimento desigual que tem como saldo o impacto nas localidades, as quais experienciam de forma dramática o encerramento dos empreendimentos e a ampliação do desemprego.

A pesquisa baseou-se em análise documental, observação direta e em entrevistas. A narrativa que segue está organizada de modo a expor, incialmente, as peculiaridades que caracterizam o processo de reestruturação produtiva no setor conserveiro gaúcho. A seguir consideram-se as formas de racionalização, que vão da adoção de novas tecnologias, passando por políticas comerciais, até chegar às novas institucionalidades organizativas criadas desde os anos 1990. Por fim, evidencia-se de que modo os processos de mundialização, intensificados a partir dos anos 1990, impactam o desenvolvimento local, tendo em cena principalmente um olhar sobre o mundo do trabalho.

ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICA E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Racionalização das empresas

O processo de reconversão produtiva da indústria conserveira tem início nos anos 1980, o que explica em grande medida o fechamento de muitas empresas. A esse respeito destaca-se o relato de um dos interlocutores desta investigação, o qual foi gerente fabril, presidente do sindicato patronal e terminou proprietário de uma das fábricas da região:

> Há uma ilusão bastante ruim da palavra fechamento das empresas, porque o setor produz muito mais do que quando tinha essas empresas que todo mundo acha que era uma coisa extraordinária, que era bonito, que eram 52 e fecharam um monte, quebraram a galinha dos ovos de ouro, isso é frescura, é uma bobagem. Em todo lugar do mundo fecham empresas e abrem empresas, e outras que vêm vindo, e as que suportam vão continuar operando. Nosso setor produz hoje muito mais do que em qualquer outra época, o que nós não fizemos, é que nós deveríamos tá produzindo o dobro, nós poderíamos ter investido mais em marketing, em inovação [...] nós temos onze ou doze indústria, e tem cinco ou seis que eram daquela época, que sobreviveram porque eles foram muito mais competentes do que as que quebraram, e vai ser assim daqui pra frente, essas onze ou doze daqui a pouco vão ser seis, sete, algumas têm que descer, o barco não é pra tanta gente incompetente, se nós aumentarmos o mercado, pode ser que elas continuem, caso contrário não [...] E os produtores, nós temos mais produção de pêssego hoje do que já tivemos no resto da vida aqui, tem menos gente produzindo, mas estão mais qualificado, sabem mais, se preocupam mais, tecnificam, então, com o setor não teve nada de errado, – teve sim foi um apuramento, quem fez isso foi o mercado internacional, e os caras que estavam aqui dormiram de toca (proprietário fabril, entrevista, 2007).

Preocupada com o impacto do fechamento das empresas para o desenvolvimento, a prefeitura de Pelotas, em diferente ocasiões, propôs audiências públicas para discutir a importância do setor para a região. Conforme relato de um dos vereadores proponentes:

> [...] as grandes empresas, aquelas cresceram e trataram de matar as pequenas. E algumas fizeram o jogo naquela linha de não pagar produtor, de falências forjadas, vendas irregulares, e esse jogo todo fortaleceu muito alguns. Outras vieram de fora pra cá [...] tem uma estrutura fora do pêssego. O pêssego é só um ramo delas. Então elas tinham estrutura para suportar as oscilações do mercado (vereador, entrevista, 2007).

Na década de 1970, "a mão de obra na época de safra havia uma falta enorme [...] nossa fábrica chegou a ter 3 mil operários, principalmente na função de descaroçamento" (ex-proprietário de fábrica, 2007). Essa foi a época na qual as fábricas saíam às ruas com

carros de som para anunciar vagas de emprego e enviavam ônibus para o interior rural para trazer trabalhadores.

Em 1980 eram 40 fábricas, 4.300 efetivos e 17 mil safristas. Nesse período produziram-se em torno de 48 milhões de latas de pêssego e 6 mil toneladas de morango para o mercado europeu e América do Sul, além de se exportarem para a Alemanha e a Dinamarca 5 mil toneladas de aspargo. Na produção estavam envolvidas mais de 12 mil pequenas propriedades com menos de 50 hectares.[1]

Na safra de 1980/81, o recorde de produção foi de 48 milhões de latas (produzidas por 40 empresas), em 1990/91 a produção caiu para 19 milhões (produzidas por 19 empresas), na safra 2000/01 foram 36 milhões de latas (14 empresas) e em 2006/07 foram produzidas 50 milhões de latas (12 empresas). Em 1980, havia 3.500 produtores rurais, em 1990 esse número caiu para 2.330 e, em 2000, despencou para em torno de 1.500.[2]

Das 100 empresas que se registrava na década de 1950, existiam somente 40 nos anos 1980 e 18 nos fins dos anos 1990. Na década de 2000, apenas 12 fábricas de conservas na região, incluindo os municípios de Pelotas, Capão do Leão e Morro Redondo, produzem juntas 98% da produção de pêssego em calda nacional.[3]

Apesar da crise, nos anos 1980 o setor ainda empregava um alto número de funcionários efetivos e safristas. Com exceção do número de latas produzidas, que nos anos 1990 ultrapassou a marca de 50 milhões, todos os outros números foram reduzidos.

Tomando-se por base o relato do empresário citado anteriormente, que considera o fechamento das empresas um curso natural do desenvolvimento, outros interlocutores evocam diferentes aspectos para a compreensão da crise, tais como: inflação; recessão; política de juros altos; estoque; abertura do mercado interno; falta de um marketing institucional; sazonalidade; baixa qualidade da matéria-prima; excessiva especialização

[1] Fonte: Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas (SINDOCOPEL).
[2] Fonte: SINDOCOPEL
[3] Dados: SINDOCOPEL

na conserva de pêssego; subsídio da comunidade econômica europeia para produtores de compotas de pêssego; baixo consumo de compotas; predomínio de empresas familiares.

Frente às novas dinâmicas de mercado, emergem práticas econômicas e gestoriais que prometem modernizar o setor: Boas Práticas de Fabricação (BPF)[4], Análises de Perigos, Pontos Críticos de Controle (APPCC) e rastreabilidade, que juntas compõem as políticas de certificação para a exportação. Ao lado dessas ações, fortalece-se uma política de cadeia, observada na constituição da Cadeia Produtiva de Frutas e Hortaliças (CAFH) e no projeto APL das conservas (Arranjo Produtivo Local)[5]. Todas essas novas institucionalidades se constituem reforçando um discurso em torno dos temas das responsabilidade social e ambiental.

Os novos arranjos são cruciais e a eles se somam as inovações tecnológicas como o melhoramento genético dos pessegueiros para a agroindústria, a partir de pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e sobretudo as novas tecnologias de processamento fabril. É o que se verifica neste depoimento:

> A tecnologia para se produzir teve uma evolução muito grande. Esse processo começou com a [...], uma empresa de São Paulo [...] todas as empresas começaram a se modernizar, e hoje são assim, são muito parecidas as empresas em termos de tecnologia. Nós tínhamos o corte e descaroçamento totalmente manual, hoje não, é tudo automático, tem uma máquina que faz isso, a grande evolução tecnológica do setor foi aqui, foi aonde reduziu a mão de obra que foi um absurdo, para ti ter uma ideia, cada aparelho desse de corte e descaroçamento substituiu em torno de quarenta funcionários... nivelou a tecnologia [...] o que diferencia é a qualidade da fruta, eles têm qualidade superior à nossa (proprietário de fábrica, entrevista, 2007).

Outro elemento destacado pela classe patronal é que a redução do emprego da mão de obra facilitou a gestão empresarial ao permitir contratar trabalhadores mais escolarizados.

[4] Cf. as Boas Práticas de Fabricação (BPF) em <http://www.anvisa.gov.br>.
[5] Trata-se de um projeto lançado pelo governo federal e implantado no Rio Grande do Sul durante a gestão do governador Olívio Dutra (PT).

Além da descaroçadeira, o processo de reestruturação, do ponto de vista do maquinário, inclui: rotuladeira; encaixotadeira; caldeira; recravadeira (para fechamento das latas), entre outras tecnologias que automatizaram as operações. O relato de um dos interlocutores traduz, do ponto de vista empresarial, importantes elementos desse momento:

> De 95 a 2000 todas as indústrias começaram a investir em equipamentos, nós trabalhávamos muito com uma mão de obra massiva, era uma demanda de mão de obra muito grande, a principal área que demandava mão de obra era descaroçar o pêssego, e os outros países todos tinham máquinas pra isso, nós não tínhamos condições de competir. Em 88, nossa Constituição resolveu impedir nós de ter mão de obra, aumentou os custos dos encargos, aí nós ficamos com um custo muito alto e, com isso, as máquinas, infelizmente, tiram mão de obra. O cara que usava 2.000 pessoas para trabalhar, hoje tá trabalhando com 800 (proprietário de fábrica, entrevista, 2007).

O impacto do desemprego é concebido do ponto de vista empresarial como parte das consequências inevitáveis do progresso do setor. Assim, menos que uma manifestação de crise, o desemprego é expressão do sucesso de alguns empreendimentos, que foram capazes de um eficiente processo de racionalização.

Indústria conserveira e o tema do desenvolvimento local

O desemprego no setor conserveiro emerge como expressão da racionalização do setor. Dentro da lógica do "enxugamento" que compõe a busca por lucratividade, evitam-se custos com trabalho. Como parte do movimento geral de racionalização das empresas que ocorreu na América Latina, muitos empreendimentos aumentarem a participação nos mercados sem estender as atividades produtivas (Castro; Dedecca, 1998). Nesse particular, no setor conserveiro verifica-se que fábricas menores, em um sistema de subcontratação (Sebrae, 1992)[6], produzem para outras empresas uma parte ou todo o processo produtivo, quando a contratante agrega apenas a marca ao produto.

[6] Fonte: *Diagnóstico da indústria de conservas do Estado do Rio Grande do Sul (Zona Sul).* Porto Alegre, SEBRAE, 1992.

Em meados dos anos 1990, as fábricas de conservas incorporaram tecnologias de processo com alta capacidade produtiva e redução de custos com força de trabalho. Elas tornaram-se capazes de produzir mais com bem menos trabalho (Mattoso, 1995). Em termos organizacionais, as Boas Práticas de Fabricação foram incorporadas por todas as empresas. Igualmente, os cuidados com o tratamento de efluentes, visando responder às exigências de responsabilidade ambiental, têm sido uma preocupação do segmento.

No que tange às políticas públicas, verificam-se incentivos governamentais à modernização, como foi o caso da redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para a realização de marketing institucional e da cobertura, pela Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI) do governo do Estado do Rio Grande do Sul de parte do valor de pesquisa de mercado feita pelo setor. Ainda, há o APL Conservas, que conta com recursos do governo federal e do estado, e linhas de créditos especiais, como a Linha Especial de Crédito (LEC) Pêssego do Banco do Brasil, que se soma ao Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), que também contemplam industriais e produtores desse setor. No âmbito da organização política, a CAFH obteve uma série de vantagens competitivas para o ramo.

No setor, uma das empresas, cujo proprietário é chamado de "Kamikaze" pelo pesquisador da Embrapa entrevistado (entrevista, 2007), concentra 78% do faturamento de toda a indústria local. Tal concentração, que remete a "livre concorrência para a esfera nebulosa dos mitos" (Bernardo, 2004, p. 120), demonstra a diferente composição e correlação de forças entre as empresas, a "luta entre irmãos inimigos" (Cattani, 1995, p. 15).

O programa APL Conservas, lançado em 2000 pelo governo estadual dentro da proposta do governo federal de investir nos APLs de várias localidades do Brasil, inspirado no modelo da Terceira Itália (Urani, 2002; Mattedi, 2003), define-se por basear as ações dos setores na cooperação entre agentes públicos e privados, visando o

desenvolvimento local e a geração de emprego e renda. A não efetividade desses princípios acaba sendo alvo de muitas críticas direcionadas a essa indústria, que não se interessa efetivamente pelas formas colaborativas e permite que parte do empresariado estabeleça com os demais uma "concorrência predatória" (presidente da Cooperativa de Fruticulturas do Sul – Cooperfrutis, entrevista, 2007). A discussão em torno do APL é uma das formas pela qual todos esses temas do capitalismo contemporâneo chegam ao setor conserveiro: "responsabilidade empresarial", "desenvolvimento sustentável", "associativismo", "cooperativismo" etc.

A indústria conserveira, desde a constituição do Distrito Industrial nos anos 1970 até o presente momento, contou com proteções governamentais, como ocorreu nas frequentes taxações à entrada de produtos estrangeiros. Esse foi o caso dos processos de *dumping*, nos quais os empresários colaboram "contra o inimigo comum" (empresária, entrevista, 2007). Na linguagem de Bernardo (1991), tais ocorrências fazem parte das "Condições Gerais de Produção" e promovem uma atuação articulada entre os empresários.

Nesse sentido, observa-se a situação das empresas que importam enlatados e apenas os rotulam com sua marca, evidenciando uma concorrência superficial (Bernardo, 2004). Igualmente, as tecnologias de produção que se generalizaram no ramo e a busca conjunta por incentivos governamentais, políticas de crédito, pesquisas, entre outros aspectos, indicam que a competição pela venda dos produtos cede lugar à busca pelas condições comuns que favoreçam a todos.

O fato de o setor conserveiro não adotar efetivamente a proposta da rastreabilidade e a ausência de práticas vinculadas à "responsabilidade social" são vistos negativamente. Pesquisadores da Embrapa e técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) acusam os empresários de posturas "predatórias" na busca por lucratividade, prejudicando os produtores rurais e a sociedade como um todo.

No entanto, sublinha-se que as empresas estão mais atentas aos cuidados com o meio ambiente. Segundo pesquisador da Embrapa (entrevista, 2007), elas foram obrigadas a responder à cobrança dos movimentos da sociedade civil. Nesse ponto, faz sentido a consideração de Kirschner (2007, p. 2) sobre a sociedade "interpelar a empresa" e apresentar-lhe algumas de suas demandas. Na concepção da autora, tornou-se mais comum, com o neoliberalismo, a sociedade cobrar mais responsabilidade e ética dos empreendedores. Para Kirschner (2007), abre-se a possibilidade de se conceber uma empresa "cidadã e solidária" em uma nova "cultura empresarial" capaz de conciliar objetivos de realização econômica e imperativos sociais (Kirschner e Sainsaulieu, 2006, p. 35). Apesar de o ramo das conservas demonstrar alguns ensaios no sentido de maior atenção com o meio ambiente, essas são práticas muito risíveis, não ocorrendo uma efetiva preocupação empresarial em "humanizar" a atuação.

O setor das conservas cresceu e se desenvolveu, desde início dos anos 1970, amparado em políticas nacionais voltadas para o mercado interno e o setor industrial (Garcia, 2002). Segundo Castro e Dedecca (1998), tais políticas existiram em toda a América Latina e perderam espaço nos anos 1990, expondo as empresas à concorrência internacional e forçando-as a racionalizarem seus processos. Esse aspecto é crucial para a compreensão da chamada "crise" das conservas. Expostas à concorrência internacional, as empresas foram levadas a se modernizar, a adotar tecnologias que as colocassem em pé de igualdade com as técnicas de produção utilizadas nas demais partes do mundo. Nos anos 1970, as empresas modernas que se sobrepuseram às pequenas fábricas artesanais receberam incentivos da política de industrialização do regime militar. Na década de 1980, a presença do governo é reduzida em função da abertura dos mercados e dos menores incentivos. A partir dos anos 1990, há sinais de retomada dos incentivos fiscais e das proteções tarifárias, fazendo com que a presença do Estado esteja longe de ser "mínima", contrariamente ao que apregoa a "cartilha neoliberal" (Cardoso, 2004).

Por mais que as explicações sobre a chamada "crise" do setor conserveiro adotem argumentos acerca da incompetência empresarial, acusem a incapacidade do produtor rural ou atribuam à mentalidade empresarial local o fechamento da maioria das indústrias no fim dos anos 1980 e início da década seguinte, faz-se essencial compreender a "crise" no bojo das transformações que ocorreram em diferentes ramos produtivos nos últimos anos. Conforme Ianni (2004, p. 187), essas são situações comuns às várias coletividades, pois as mudanças nas formas de produzir, em diferentes culturas e localidades, ocorrem em conformidade com as exigências da produtividade e da competitividade. Poucas questões não são condicionadas pelo que ocorre em outras partes do globo.

No caso do setor conserveiro, tanto a concorrência com os produtos estrangeiros (gregos e argentinos, por exemplo) como a assimilação de tecnologias fabricadas por transnacionais (como a descaroçadeira), a participação em feiras internacionais (a exemplo de Anuga na Alemanha), a integração entre as pesquisas (como as pesquisas genéticas da Embrapa), a adoção de modelos organizacionais exigidos por organismos multilaterais (BPF, rastreabilidade, por exemplo), entre outros, colocam o segmento na órbita internacional.

Se os empresários das conservas, como afirmam aqueles que os consideram "tradicionais", investem em terras e imóveis em vez de expandir ainda mais as indústrias, observa-se que essa "tradição empresarial" da metade sul do Rio Grande do Sul, essa "cultura empresarial", para usar uma expressão de Kirschner e Sainsaulieu (2006), não tem nada de "atrasada".

Considerando a lucratividade da renda da terra e da especulação imobiliária, não há motivo para se afirmar que em si mesmas essas ações dos empresários sejam retrógradas, quando vistas do ponto de vista de retornos de lucros. Da mesma forma que Leite (2004) indica, na pesquisa sobre o setor têxtil, que a sobrevivência do trabalho em domicílio nada tem a ver com "atraso", considera-se que investir em patrimônio também não.

As instituições e empresários também relacionam a "crise" do setor a aspectos como falta de marketing, consumo estagnado, falta de mão de obra qualificada, matéria-prima de baixa qualidade, sazonalidade da produção, falta de diversificação, de políticas de crédito, de incentivos fiscais para agricultores e industriais, juros altos e estoques, entre outros. Essas formas interpretativas, apesar de destacarem aspectos importantes que acenam para gargalos no setor, estão longe de focar na lógica global da competitividade e na concentração de capitais. Inversamente, faz-se necessário considerar esse segmento levando em conta as mudanças ocorridas a partir da abertura dos mercados nacionais, quando os empresários locais ficaram mais expostos à concorrência internacional. No momento em que empresas mais competitivas – como as argentinas, chilenas e gregas – ingressaram livremente no Brasil, puderam ser mais eficientes devido a uma maior precarização dos direitos e das condições de trabalho da classe trabalhadora naqueles países.

O setor conserveiro reúne características peculiares, tais como: ramo alimentar; empresas familiares; sazonalidade; força de trabalho feminina; localização na região sul do Rio Grande do Sul – critérios que marcam uma forma própria de inserção global. A sobrevivência de certas lógicas em um mundo que se reestrutura, como o fato de serem empresas familiares e investirem em patrimônio imobiliário, não basta para afirmar que se trata de um setor estagnado. Em relação ao primeiro aspecto, por exemplo, verificam-se muitas empresas familiares que se reestruturam e ocupam posição nos setores de ponta da economia, conforme indicam estudos realizados por Kirschner e Sainsaulieu (2006).

Posturas mais ou menos modernizantes acontecem em intensidades, ritmos e formas diferenciadas dentro do mesmo setor e até no interior de uma mesma empresa, não apenas nas conservas, mas em diferentes setores produtivos. Portanto, a dicotomização entre "setores tradicionais e modernos", "mentalidade antiga e moderna" cada vez mais perde sentido (Ruas, 2005). No segmento das conservas há uma

heterogeneidade entre os estabelecimentos que ofusca a sua caracterização como tradicionais.

Embora o setor tenha passado por inúmeras mudanças, não chegam a aproximá-lo da velocidade com que as transformações e as rupturas acontecem em outros ramos analisados pela bibliografia sociológica, como o setor automobilístico (Ramalho, 2004) e o petroquímico (Guimarães, 2004). Além de se tratar de um ramo da alimentação e de estar em uma "posição desprivilegiada" na hierarquia capitalista, existem peculiaridades relacionadas à história da Região Sul, principalmente ao fato de nesse "território" haver uma forma de atuação voltada para direcionar capitais a patrimônios. De fato, membros de entidades representativas e demais críticos do empresariado têm razões para lamentar que essa postura não gera emprego e desenvolvimento regional, mas é necessário questionar se faz sentido afirmar que, por esse motivo, trata-se de uma maneira "menos capitalista" de agir (técnico da Emater, entrevista, 2007).

Conforme Antunes (2006), no início dos anos 1990 as empresas responderam à concorrência internacional, aos avanços do "novo sindicalismo" e aos conflitos no local de trabalho, reestruturando a produção com foco na redução de custos com a força de trabalho e maior produtividade. Entre as novas dinâmicas incorporaram, por exemplo, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) como forma de incentivar o rendimento dos trabalhadores.

Em uma das empresas, a PLR e a ênfase no "trabalho em equipe" – o que há de mais contemporâneo em termos de gestão com vistas ao controle e cumplicidade junto à força de trabalho – foram adotadas para os trabalhadores efetivos. Embora muitas das características do setor remetam às formas fordistas-tayloristas, percebem-se as marcas dos novos tempos, tanto em termos organizacionais como nas tecnologias automatizadas e terceirizações, indicando uma "mescla" entre o "fordismo periférico brasileiro e as novas formas de acumulação flexível" (Antunes, 2006, p. 19).

Na visão de Mattoso (1995), as inovações adotadas pelos capitalistas estão sempre em oposição aos trabalhadores. Além disso, os primeiros tendem a responsabilizar os últimos pelos custos elevados, apontando obstáculos à competição supostamente gerados pelos instrumentos regulatórios (Mattoso, 1995, p. 57). Nesse discurso, quem tem direito trabalhista será acusado de ter privilégio (Castro e Dedecca, 1998). Cardoso (2004) questiona a justificativa de que a legislação brasileira seja rígida, desfavorecendo a eficiência, pois de fato verifica-se que o mercado de trabalho nacional é um dos mais flexíveis. Esses enunciados contra os instrumentos regulatórios são os mesmos que relacionam o desemprego à falta de qualificação daqueles que não possuem "empregabilidade". Ou seja, uma versão contemporânea da ética do trabalho, mas agora sem trabalho – a retórica neoliberal de que nos fala Gomes (2002), que individualiza a responsabilidade pelo "sucesso e fracasso".

O que os empresários em geral e os das conservas em particular estão defendendo é uma gestão ainda mais privada das relações de trabalho. Quando um dos proprietários afirma que os industriais não empregam mais porque a Constituição de 1988 inviabilizou a contratação da mão de obra, reconhece-se a presença ideológica desse discurso. O mesmo se verifica na valorização da escolaridade não pelos conhecimentos que possa trazer, mas porque "ficou mais fácil a comunicabilidade" (empresário, entrevista, 2007), destacando mais as habilidades socio comportamentais do que os saberes escolares.

Considerações finais

A precariedade que atinge homens e mulheres antecede aos anos 1990 (Salermo, 1993). Nesse contexto, novas propostas organizacionais somam-se às práticas autoritárias por parte das chefias, um elemento comum à recente história da industrialização brasileira, a qual foi em parte a história do setor conserveiro, consolidado durante a ditadura militar. Se levássemos em conta as impressões mais imediatas, facilmente se caracterizaria esse setor como simplesmente "fordista-taylorista" (Silva, 1993). No

entanto, não há nenhuma "pureza" nesse sentido. Até porque o próprio fordismo, como lembrou Harvey (1992), nunca foi homogêneo.

A existência de equipamentos automatizados; as práticas de terceirização entre as empresas; a organização institucional de uma cadeia produtiva; a prática de Banco de Horas; a PLR; o prêmio para melhor funcionário; preocupações ambientais, entre outros elementos, trazem para o universo das conservas aspectos não presentes no modelo fordista-taylorista. Esse "hibridismo" caracteriza a forma particular pela qual o segmento se insere nos processos mais gerais de reestruturação produtivas que ocorrem nas diferentes partes do mundo.

Com o desemprego amplia-se a rigidez do comportamento das chefias, questionando-se a possibilidade de se pensar essas empresas como uma "comunidade" de cooperação (Bernoux, 1995). Vista como um todo, incluindo trabalhadores, proprietários e chefias, a noção de cooperação fragiliza-se, a menos que possamos vê-la como uma "cooperação forçada", no sentido indicado por Ramalho (2004), quer dizer, uma colaboração dada em função do medo de se perder o emprego.

Para Martins (2000, p. 48), através da adoção de modernidades tecnológicas muitas vezes se viabilizam as formas mais tradicionais de organização da vida e do trabalho. As mudanças tecnológicas, por si, não determinam os rumos a ser tomados. Se a tecnologia do descaroçamento, por exemplo, produz 350 pêssegos por minuto, inúmeras vezes mais do que se produzia na forma manual aumentando junto a outras técnicas, a capacidade produtiva, em nada contribuiu para que a jornada de trabalho fosse reduzida. Na indústria conserveira, as alterações tecnológicas não modificam a "face arcaica do emprego da força de trabalho", um "desenvolvimento desigual" (Iamamoto, 2001, p. 174) que incorpora avanços da ciência e tecnologia mantendo um padrão dilapidador de consumo da força de trabalho.

Bibliografia

Antunes, R. (2006). A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho. Em R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Bernardo, J. (1991). *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez.

Bernardo, J. (2004). *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa*. São Paulo: Cortez.

Bernoux, P. (1995). *La sociologie des enterprises*. Paris: Editions du Seuil.

Cardoso, A. (2004). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Castro, N., e Dedecca, C. (1998). Flexibilidade e precarização: os tempos mais duros. Em Castro, N., e Dedecca, C. (Org.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Alast.

Cattani, A. (1995). *Processo de trabalho e novas tecnologias: orientação para pesquisa e catálogo de obras*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

Garcia, A. E. (2002). *Mudança tecnológica e competitividade: a indústria de doces e conservas de frutas*. São Paulo: Scortecci.

Gomes, M. S. (2002). *Empregabilidade nos tempos da reestruturação e flexibilização: Trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro*. RJ. Tese (doutorado) Instituto de filosofia e ciências sociais, UFRJ, RJ.

Guimarães, N. (2004). *Caminhos cruzados. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34.

Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

Iamamoto, M. (2001). *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez.

Ianni, O. (2004). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kirschner, A. (2007). *Sociologia da empresa e responsabilidade social das empresas*. Nueva Sociedad, 202.

Kirschner, A. e Sainsaulieu, R. (2006). *Sociologia da empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.

Leite, M. (2004). Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções em São Paulo. XXVIII Encontro Anual da Anpocs. Trabalho, sindicato e os desafios do desenvolvimento.

Martins, J. (2000). *A sociabilidade do homem simples: o cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec.

Mattedi, C. (2003). A Terceira Itália e o Brasil. *Rumos*, jul.ago.

Mattoso, J. (1995). *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta.

Ramalho, J. R. (2004). Novas fábricas, velhas práticas: relações trabalhistas e sindicais na indústria automobilística. *Caderno CRH*, v. 17, 41, 199-210.

Ruas, R. et al. (2005). A externalização produtiva no complexo calçadista no Rio Grande do Sul: impactos sobre o emprego e a qualificação. Em L. Gitahy, e M. Leite (Org.). *Novas tramas produtivas: uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac São Paulo.

Salermo, M. (1993). Modelo japonês, trabalho brasileiro. Em H. Hirata (Org.). *Sobre o "Modelo" japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.

Silva, E. (1993). Refazendo a fábrica fordista? Tecnologia e relações industriais no Brasil no final da década de 1980. Em H. Hirata (Org.), *Sobre o "Modelo" japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.

Urani, A. et al. (2002). Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. Em A. Urani et al (Org.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A.